



**GOVERNO DO
ESTADO DO CEARÁ**

Secretaria do Planejamento e Gestão
Instituto de Pesquisa e Estratégia Econômica do Ceará IPECE

ATA 12ª REUNIÃO MENSAL DO COMITÊ PforR

Data: 29/01/2015 **Início:** 14:30 **Duração:** 2:00 **Término:** 16:30 **Local:** Auditório Inhamuns SEPLAG

Quadro de Presença			
ÓRGÃO	NOME	FUNÇÃO	PRESENTES
COORDENAÇÃO PforR	Ana Cristina Medeiros	Coordenadora UGP PforR	PRESENTE
	Laura Carolina Gonçalves	Técnica de Monitoramento e Controle	PRESENTE
	Fabiana Silva de Castro	Técnica Suporte Operacional e Logístico	PRESENTE
	Heloísa Simone Silva Cunha	Técnica de Gerenciamento Financeiro	PRESENTE
	Giuseppe Furtado Nogueira	Consultor Individual	PRESENTE
	Viviane Ramos da Costa	Consultor Individual	PRESENTE
ADECE	Edilson Teixeira Júnior	Titular	AUSENTE
	Cecy de Castro	Suplente	AUSENTE
	Fernando Barreto da Costa	Representante	PRESENTE
	Ana Cláudia Mota	Representante	PRESENTE
	Alyne Canamary	Representante	PRESENTE
ARCE	Alexandre Caetano da Silva	Titular	AUSENTE
	Alceu de Castro Galvão Júnior	Suplente	PRESENTE
CAGECE	Sílvia Maria Cortonesi Cela	Titular	PRESENTE
	Carlos Rossas Mota Filho	Suplente	PRESENTE
CEDE	Marilda dos Santos Rocha	Titular	AUSENTE
	Gotardo Gurgel Gomes Júnior	Suplente	AUSENTE
	Inês Studart	Representante	PRESENTE
CGE	Paulo Roberto de Carvalho Nunes	Titular	PRESENTE
	Antônio Marconi Lemos da Silva	Suplente	AUSENTE
	Denise Andrade Araújo	Representante	PRESENTE
	Marcelo Sousa	Representante	PRESENTE
	Ítalo Brígido	Representante	PRESENTE
	Fernanda Diniz	Representante	PRESENTE
CIDADES	Danielle Ferreira de Araújo	Titular	PRESENTE
	Raimundo Abreu de Oliveira	Suplente	PRESENTE
	Tércia Maria Pinheiro Martins	Representante	PRESENTE
COGERH	Fábio Leite de Araújo Lima	Titular	AUSENTE
	Adahil Pereira de Sena	Suplente	PRESENTE
	Sarah Furtado	Suplente	AUSENTE
	Denilson Fidelis	Representante	PRESENTE
CONPAM	Maria Tereza de Farias Sales	Titular	AUSENTE
	Ulisses José de Lavor Rolim	Suplente	PRESENTE
	Fabiola Alves Martins	Representante	PRESENTE
	Viviane Gomes Monte	Representante	PRESENTE
	Francisco Leone Cavalcante	Representante	PRESENTE
	Carla F. Passos	Representante	PRESENTE
	Magda Marinho Braga	Representante	PRESENTE
FUNCEME	Nelci Gadêlha de Almeida	Representante	PRESENTE
	Francisco Hoilton Araripe Rios	Titular	PRESENTE
	Meiry Sayuri Sakamoto	Suplente	PRESENTE
	Suelde Montenegro	Representante	PRESENTE
IPECE	Victor Hugo	Titular	AUSENTE
	Nicolino Trompieri	Suplente	AUSENTE
	Jimmy Oliveira	Suplente	AUSENTE
PGE	Antônia Tânia Trajano Bezerra	Titular	AUSENTE
	Mary Ane Vale Ferreira	Suplente	AUSENTE
	Fernando Antônio Grangeiro	Representante	PRESENTE
SECITECE	Almir Bittencourt da Silva	Titular	AUSENTE
	Luiz Carlos Mendes Dodt	Suplente	AUSENTE
	Lene Simone Malveira Peixoto	Suplente	AUSENTE
	Edgar Monte Mariano Neto	Representante	PRESENTE
SEDUC	Lucidalva Pereira Bacelar	Titular	PRESENTE
	Andréa Araújo Rocha Nibon	Suplente	PRESENTE
	Maria Eneida Machado Maia	Suplente	PRESENTE
	Josy Maria Evangelista	Representante	PRESENTE
	Regina Cláudia da Silva	Representante	PRESENTE
SEMACE	Tiago Bessa Aragão	Titular	PRESENTE
	José Maurício Mendes Giffoni	Suplente	PRESENTE
	Maria Dias Cavalcante	Suplente	AUSENTE

SEPLAG	Francisco Adauto Oliveira	Titular	PRESENTE
	Avilton Júnior	Suplente	PRESENTE
	Naiana Corrêa Lima	Suplente	AUSENTE
	Dominique Cunha M. Gomes	Representante	PRESENTE
	Lara Costa	Representante	PRESENTE
SESA	Fábio da Silva Miranda	Representante	PRESENTE
	Vera Maria Câmara Coelho	Titular	PRESENTE
	Ana Márcia Rodrigues	Suplente	PRESENTE
SRH	Denilson Marcelino Fidelis	Titular	AUSENTE
	Paulo Miranda Pereira	Suplente	AUSENTE
	Sérgio Moreira Câmara	Suplente	PRESENTE
STDS	Sebastião Lopes	Titular	AUSENTE
	Mary Anne Libório P. Ribeiro	Suplente	AUSENTE
	Rosilane Ribeiro	Suplente	PRESENTE
	Eileen Holanda	Representante	PRESENTE
TCE	Giovanna Augusta Moura Adjafre	Titular	PRESENTE
	José Auriço Oliveira	Suplente	AUSENTE

INTRODUÇÃO

Às 14h30min, no Auditório Inhamuns da SEPLAG, Cristina Medeiros (IPECE) iniciou a reunião e seguiu-se com a apresentação em *Power Point*¹ cuja pauta está apresentada abaixo:

Cristina Medeiros – IPECE mostrou a sugestão de pauta (abaixo) e informou que a reunião começaria com a apresentação de cada um e depois passaria para os itens da Posição do desempenho do projeto, lembrando que todo o detalhe do projeto está na apresentação que estará à disposição de todos no site do IPECE.

1. Abertura e apresentação dos participantes (14h30-14h40);
2. Posição Dez/14 dos Programas, Indicadores, Assistência Técnica e Plano de Ação (14h40-15h40m):
 - ✓ Indicadores - Laura Gonçalves;
 - ✓ Plano de Ação Mitigação Riscos Sócio Econômico - Laura Gonçalves;
 - ✓ Programas Eleitos *PforR* - Heloísa Cunha;
 - ✓ Relatório Financeiro IFR 2014 – Heloísa Cunha;
 - ✓ Projetos de Assistência Técnica - Viviane Costa;
 - ✓ Principais pontos de atenção nos Processos de Licitação - Giuseppe Nogueira
3. Indicadores com Metas para 2015 e discussão dos desafios dos mesmos - Cristina Medeiros, Laura Gonçalves e Setoriais Responsáveis (15h40m-16h);
4. Utilização do SIMA - Sistema Integrado de Monitoramento da SEPLAG - Avilton Júnior (16h-16h10m)
5. Aprovação da Ata da 11ª Reunião (19/12/14) - (16h10m - 16h20m)
6. Encaminhamentos (16h20m - 16h30m)
7. Encerramento (16h30m)

I. ABERTURA E APRESENTAÇÃO DOS PARTICIPANTES

Todos que estavam presentes se apresentaram, conforme quadro de presença.

II. POSIÇÃO DOS PROGRAMAS, INDICADORES, PROJETOS DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E PLANO DE AÇÃO EM DEZEMBRO DE 2014

¹ Vide apresentação no link: http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/comite/Apresentacao_Reuniao_Comite_PforR_29_01_15.pdf

✓ Indicadores

Laura Gonçalves – IPECE desejou um feliz ano novo a todos e apresentou o monitoramento dos Indicadores Primários no mês de dezembro de 2014, conforme Quadro 1.

Quadro 1 – Metas 2º Semestre – Indicadores Primários

Tema	Nº	Nome do Indicador	Setorial	Responsável	Meta	Status	Valor Desembolso US\$ Milhões
Gestão Pública	1	Número de secretarias do Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos.	SEPLAG	Avilton Júnior	Aprovação de novembro de 2015, conforme modelo para o alinhamento dos incentivos.	Essa meta só será alcançada em novembro de 2015, conforme Nota Técnica e Plano de Ação enviado pelo Responsável, pois depende da contratação de consultoria de empresa.	6,198
	2	Porcentagem total de investimentos públicos no âmbito do Programa preparada com metodologia aprovada.		Adauto Oliveira	Aprovação da metodologia	A meta para este indicador será cumprida no 2º semestre de 2015, conforme Nota Técnica e Plano de Ação enviado pelo Responsável, pois depende da contratação de consultoria de empresa.	6,198
Crescimento Econômico	3	Aprovação da estratégia de desenvolvimento de competências, elaboração do plano de ação e implementação de ações selecionadas no âmbito do plano de ação.	CEDE	Marilda Rocha	Documento de estratégia finalizado	O Documento foi Finalizado e entregue ao BM em 17/12/14. O BM aguarda evento de validação pelo novo Governo.	6,198
Sustentabilidade Ambiental	4	Percentual de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto.	CAGECE	Carlos Rossas	84.3%	84,90%	6,198
	5	Índice de qualidade da fiscalização ambiental.	CONPAM	Marias Dias	40%	41,70%	6,198
TOTAL							30,99 ¹

¹Foi adiantado em 2015 o valor de US\$ 18.594.000,00 referente aos três Indicadores cumpridos.

Laura Gonçalves – IPECE explicou que em 2014 dez indicadores foram acompanhados, sendo eles cinco primários e cinco secundários. Três indicadores primários foram cumpridos, de responsabilidade do CEDE, CAGECE e CONPAM, mas as metas de dois da SEPLAG estão com farol vermelho, pois não foram cumpridas no ano de 2014. Esclareceu que na coluna a direita no Quadro 1, mostra os valores de desembolso que cada meta representa e que portanto foi adiantado em 2014 o valor de de US\$ 18.594.000,00 referente aos três indicadores cumpridos².

Laura Gonçalves – apresentou o sumário dos Indicadores Secundários no ano de 2014, conforme o Quadro 2.

Laura Gonçalves – IPECE informou que somente o indicador secundário do IPECE não foi cumprido. Mas que o responsável por ele, Victor Hugo, está elaborando uma nota técnica sobre esse indicador que vai ser enviada ao Banco Mundial. Os demais indicadores foram cumpridos e deu parabéns aos responsáveis.

² No indicador do CEDE o BM solicitou uma validação política do documento da Estratégia que ocorrerá nesse semestre de 2015 e o documento será novamente encaminhado.

Quadro 2 – Metas 2º Semestre – Indicadores Secundários

Tema/Foco	Nº	Nome do Indicador	Setorial	Responsável	Meta	Status
Crescimento Econômico (Capacitação Profissional)	1	Número de técnicos com nível médio absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico).	IPECE	Victor Hugo	27.800	25.403 Nota técnica sendo preparada para submeter ao BM.
Redução da Pobreza (Assistência à Família)	2	Criação e funcionamento do multisetorial do Comitê Consultivo ECD (SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE)	SEPLAG	Lara Costa	Duas resoluções publicadas	As duas Resoluções foram publicadas no DOE. A 1ª em 03/04/14 e a 2ª em 24/12/14.
Sustentabilidade Ambiental (Qualidade da Água)	3	Qualidade da água bruta, na região metropolitana de Fortaleza.	COGERH	Denilson Fidelis /Sarah Freire/Disney	62.7	78.6
	4	Apresentação de planos de segurança de água para três bacias hidrográficas estratégicas		Adahil Sena	Termos de referência elaborados.	Os Termos de referência foram finalizados e enviados ao BM em 22/12/14.
	5	Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas.		Adahil Sena	Proposta e consultas completas	A Proposta da Lei e a ata da reunião com o Comitê das Bacias na qual foram realizadas as consultas foram enviadas ao BM em 22/12/14.

✓ Plano de Ação Mitigação Riscos Sócio Econômico

Laura Gonçalves – IPECE iniciou a apresentação do Sumário do Plano de Ação de Mitigação de Riscos Sócio Ambiental do PforR .

Laura Gonçalves – IPECE explicou que o Plano de Ação de Mitigação de Riscos é acompanhado no PforR visto que se refere aos três riscos que o Banco Mundial identificou no documento do Projeto (PAD) e para mitigar esses três riscos se tem algumas ações que as setoriais são responsáveis por realizar. Referente ao primeiro risco existem duas ações e a primeira delas é de responsabilidade da STDS, conforme Quadro 3, que envolve a SEDUC e o GabGov . O Sebastião Lopes (STDS), que é o responsável, está dando os encaminhamentos nessa ação e propôs um cronograma, junto com toda a equipe e esse cronograma tem sido acompanhado pela UGP. Eileen Holanda (STDS) informou ontem que a próxima ação seria a capacitação de gestores municipais para sensibilização e adesão ao Plano e essa atividade tem um prazo, até o final de fevereiro, para ser executada.

Laura Gonçalves – IPECE informou que a segunda ação, conforme Quadro 3, de responsabilidade da SEDUC que envolve módulos de treinamento para capacitação de professores. Esses módulos já existem e foram discutidos com o Especialista Social do Banco Mundial Alberto Costa na reunião da Missão de Outubro 2014 e o conteúdo dos módulos foram submetidos a sua apreciação. No entanto, Alberto Costa sugeriu que esses módulos fossem validados junto a FUNAI e junto a Coordenadoria de igualdade racial e associações de quilombolas. Essa articulação está sendo feita pela SEDUC, eles estão agendando reuniões com essas instituições para validar esses módulos e essa solicitação vai ser atendida.

Quadro 3 – Posição do Plano de Ação SEDUC, STDS e GabGov

Plano de Ação de Mitigação de Riscos Sócio Ambiental - PforR						
Descrição da Ação	Responsável	Período	Indicador	Coordenação	Encaminhamentos	Posição em Dezembro
1 A. Desenvolvimento de uma estratégia para inclusão de povos indígenas, quilombolas e moradores de áreas rurais remotas para o programa de assistência familiar (incluindo a busca ativa de famílias vulneráveis)	SEDUC, STDS e Gabinete do Governador	Durante o primeiro ano	Aumento do número de crianças indígenas e quilombolas atendidas em creches ou recebem atenção domiciliar (proporcional às metas gerais do projeto).	STDS - Sebastião Lopes	De acordo com o cronograma enviado pelas setoriais foi destacada a atividade: "Realização de Seminário com os Gestores Municipais para sensibilização e adesão ao PforR e início da implementação". Prazo para execução: Fevereiro 2015.	A STDS informou que essa atividade ainda não foi iniciada.
B. Inclusão de um módulo de treinamento específico (sobre metodologias culturalmente apropriadas de ensino) no programa de treinamento de professores dos cursos de capacitação profissional	SEDUC e Gabinete do Governador	Durante o primeiro ano	Módulo desenvolvido em colaboração com a FUNAI, Associações Quilombolas e Coordenadoria para a Igualdade Racial.	SEDUC- Andréa, Rejane Hélivia.	Solicitação do BM: reunião junto à FUNAI e a validação deste conteúdo com a Coordenadoria de Igualdade Racial e as associações quilombolas indígenas. finalidade de validar o conteúdo dos módulos apresentados.	A SEDUC está articulando uma reunião junto à Coordenadoria de Igualdade Racial e as associações indígenas com a finalidade de validar o conteúdo dos módulos apresentados.

Laura Gonçalves – IPECE apresentou então o Sumário do Plano de Ação de Mitigação e Riscos referente ao segundo risco que envolve a SEDUC e PGE, conforme Quadro 4.

Quadro 4 – Posição do Plano de Ação da PGE e SEDUC

Plano de Ação de Mitigação de Riscos Sócio Ambiental - PforR						
Descrição da Ação	Responsável	Período	Indicador	Coordenação	Encaminhamentos	Posição em Dezembro
2 C. Varredura fundiária inicial das áreas escolhidas para as obras de construção civil (a ser feita em coordenação com a FUNAI para assegurar que não há reivindicações de terra pendentes em relação a qualquer das áreas selecionadas).	PGE, SEDUC	Durante o primeiro ano	Relatório de varredura fundiária finalizado, lista de locais selecionados para as obras e confirmação de que não haverá impactos relacionados ao reassentamento involuntário.	SEDUC- Joízia Lima	A Empresa é responsável por realizar a Varredura Fundiária e a SEDUC monitora através dos contratos.	O cronograma estabelecido para a entrega do relatório é junho de 2015.
D. Exclusão das áreas em que a execução das obras civis venha a requerer o reassentamento involuntário ou a relocação de famílias (com ou sem título de propriedade)					Das 22 obras de EEEP, 16 já entregaram a documentação que está na PGE para análise. E 11 prefeituras enviaram declarações informando que as obras não causarão impactos relacionados ao reassentamento involuntário.	A SEDUC informou que as 22 obras de EEEP, 16 já entregaram a documentação que está na PGE para análise. E 11 prefeituras enviaram declarações informando que as obras não causarão impactos relacionados ao reassentamento involuntário.

Laura Gonçalves – IPECE informou que as duas ações, de responsabilidade da SEDUC e que envolve a PGE, são sobre a varredura fundiária e as exclusões de áreas de obras. A primeira ação seria a elaboração dos relatórios cujo prazo vai até junho de 2015 e a equipe da SEDUC está empenhada em obter essas declarações. A outra ação que seria das vinte e duas obras de escolas profissionalizantes, dezesseis delas já estão com a documentação ok.

Eneida Maia – SEDUC informou que normalmente são as prefeituras que cedem os terrenos e eles que sabem melhor que ninguém se na verdade eles mobilizam famílias, se eles deslocam famílias, ou se há realmente algum problema com aquela construção. Então foi feita uma declaração bastante simples, mas que eles declaram que não tem nenhum impacto negativo, que não há deslocamento de famílias, que não precisa de indenização de famílias, coisas parecidas e semelhantes conforme o PAD solicita.

Eneida Maia – SEDUC informou que a SEDUC consultou também o PROPAMA, para que fosse sugerido quem seria a pessoa mais indicada para dar essas declarações.

Laura Gonçalves – IPECE apresentou o Sumário do Plano de Ação de Mitigação e Riscos referente ao terceiro risco que envolve a COGERH, CONPAM, SRH, SEMACE e CAGECE, conforme Quadro 5.

Quadro 5 – Posição do Plano de Ação da COGERH, CONPAM, SRH, SEMACE e CAGECE

Plano de Ação de Mitigação de Riscos Sócio Ambiental - PforR						
Descrição da Ação	Responsável	Período	Indicador	Coordenação	Encaminhamentos	Posição em Dezembro
3	E. Desenvolvimento de um marco de compensação para residências afetadas negativamente por alterações nos padrões de uso da terra como consequência dos planos de gestão da água	COGERH, CONPAM, SRH (em consulta junto à FUNAI)	Até o fim do segundo ano	Os planos de segurança hídrica para as três microbacias estratégicas incluem medidas adequadas para lidar com os impactos de possíveis restrições adicionais no uso de recursos naturais (definidas em consulta junto às comunidades afetadas – inclusive os povos indígenas). Documentar de maneira efetiva o apoio da comunidade indígena à sua elaboração.	COGERH – Adahil Sena	O TR para contratação de consultoria que irá elaborar o Plano de Segurança Hídrica foi realizado e enviado ao BM em 22/12/14. No item 7.1 do TR está registrada a necessidade de realização de estudos as comunidades indígenas e quilombolas.
	F. Elaborar e estabelecer uma ampla campanha de comunicação sobre a qualidade da água	CONPAM, SEMACE, COGERH, CAGECE	Até o fim do segundo ano	Campanha de comunicação estabelecida e sob execução.	CONPAM- Maria Dias	O Conpam e a Casa Civil e a Cagece estão retomada a partir de fevereiro, pois não se sabe se as ações de elaboração do plano de comunicação de publicidade continuarão concentradas no órgão. A articulação com a Casa Civil será retomada a partir de fevereiro, pois não se sabe se as ações de publicidade de continuarão concentradas no órgão.

Laura Gonçalves – IPECE informou que são duas ações e que a primeira envolve a COGERH, CONPAM e SRH e diz respeito ao Plano de Segurança Hídrica e que o Banco solicitou que a comunidade indígena se envolvesse na elaboração desse Plano de Segurança Hídrica e aqui na presença do Sr. Adahil Sena (COGERH), informou que no termo de referência desse plano existe um item no qual está colocada a importância e destaca a necessidade de que essas comunidades participem na elaboração desse plano.

Laura Gonçalves – IPECE por fim, informou que a segunda ação, que envolve o CONPAM, SEMACE, COGERH e CAGECE, está sob a coordenação do CONPAM e diz respeito ao plano de comunicação. Ulisses Rolim (CONPAM) foi contatado sobre isso para nivelar as informações sobre essa ação. Por outro lado, a Casa Civil informou que a Carol não está mais

na equipe, mas que Marília assumiu suas funções e está aberta para agendar reuniões e continuar esse trabalho e, portanto posteriormente vai-se articular uma reunião para conversar sobre esse plano de comunicação.

✓ Programas Eleitos PforR e Relatório Financeiro – IFR 2014

Heloísa Cunha – IPECE apresentou o Quadro 6 informando sobre as metas e a execução dos Programas do PforR no ano de 2014.

Quadro 6 – Programas do PforR

Acompanhamento dos Programas do PPA incluídos no Escopo do PforR Ceará - Dezembro 2014									
Programa		Setorial	Iniciativa		Previsão (R\$ milhões)		Executado 31/12/14 (R\$ milhões)		Farol
					2014-2017	2014 (A)	Valor (B)	(B)/(A)%	
Capacitação Profissional									
1	014 - Ensino Médio Articulado à Educação Profissional.	SEDUC	1	00328	327,53	105,78	118,98	112,5%	
			2	00771	156,87	25,30	63,06	249,2%	
			3	00834	126,28	1,70	28,22	1659,9%	
Assistência à Família									
2	050 - Assistência Social ¹	STDS	4	03180	34,57	7,30	7,21	98,7%	
Qualidade da Água									
3	041 - Gestão dos Recursos Hídricos ²	COGERH	5	05310	6,50	1,20	0,00	0,0%	
		COGERH	6	05311	2,43	0,00	0,00	-	
		SRH / COGERH	7	05273	43,58	1,81	0,46	25,4%	
4	032 - Saneamento Ambiental ³	CIDADES/ CAGECE	8	0392	15,83	5,65	0,00	0,0%	
5	082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambeintais ⁴	CONPAM	9	03104	15,12	0,00	0,00	-	
		SEMACE	10	04815	1,70	0,40	0,50	125,0%	
		SEMACE	11	02466	1,70	0,40	0,00	0,0%	
		SEMACE	12	05170	26,44	6,95	1,97	28,3%	
		SEMACE	13	05155	0,70	0,15	0,00	0,0%	
6	079 - Monitoramento Hidroambiental do Estado do Ceará.	FUCEME	14	02846	15,93	1,10	1,80	164,0%	
		FUCEME	15	02847	0,60	0,09	0,00	0,0%	
Total			15		775,78	157,83	222,19	140,78%	

1. O programa 050 - Assistência Social da STDS passa de R\$ 28,99 milhões para R\$ 34,57 milhões, conforme explicações na Nota Técnica 01/2014 da STDS

2. O programa 041 - Gestão dos Recursos Hídricos da SRH/COGERH parte dos valores das iniciativas 5310 e 5311 foram remanejados para 5273 ; os valores da iniciativa 5310 passaram de R\$ 19,60 milhões para R\$ 6,50 milhões, a diferença de R\$ 13,10 milhões foi realocada para iniciativa 5273, os valores da iniciativa 5311 passaram de R\$ 14,04 milhões para R\$ 2,43 milhões, a diferença de valor de R\$ 11,61 milhões foi realocada para iniciativa 5273, os valores da iniciativa 5273 passaram de R\$ 18,84 milhões para R\$ 43,58 milhões, conforme explicações da Nota Técnica 01/2014 da COGERH

3. A iniciativa da CAGECE 02617 mudou para iniciativa 0392 de acordo com a Nota Técnica 02/2014.

4. O programa 082 - Gestão da Qualidade dos Recursos Naturais e Ambientais do CONPAM/SEMACE passa de R\$ 77,61 milhões para R\$ 45,66 milhões sendo: os valores da iniciativa 04815 passaram de R\$ 14,59 milhões para R\$ 1,70 milhões; os valores da iniciativa 02466 passaram de R\$ 13,89 milhões para R\$ 1,70 milhões; os valores da iniciativa 05170 passaram de R\$ 20,62 milhões para R\$ 26,44 milhões e; os valores da iniciativa 05155 passaram de R\$ 13,39 milhões para R\$ 0,70 milhões, conforme explicações da Nota Técnica 01/2014 da SEMACE

As Notas Técnicas (SEMACE/CAGECE/COGERH/STDS) foram aprovadas pelo B. M. no dia 22/09/2014

Heloísa Cunha – IPECE informou que a SEDUC cumpriu a meta além do esperado, a STDS cumpriu em 99%. A COGERH na iniciativa 05310 não cumpriu a meta, na 05311 não tinha meta para 2014 e na iniciativa 05273 cumpriu 25,4%. A Secretaria das Cidades não cumpriu a meta no ano de 2014 porque os recursos não foram transferidos das Cidades para CAGECE. Ressaltou que foi criada uma nova iniciativa com outra fonte para que nesse ano de 2015 para que a CAGECE possa executar. O CONPAM na iniciativa 03104 não houve meta para 2014. A SEMACE cumpriu a meta na iniciativa 04815, não cumprindo as metas nas iniciativas 02466, 05170 e 05155. Já foi falado aqui na reunião referente a novembro que a SEMACE não cumpriu as metas porque as licitações ainda estão em andamento e que possivelmente a Superintendência cumpra no ano de 2015. A FUNCEME cumpriu a meta na iniciativa 02846, não cumprindo a 2847, mas também colocou na reunião passada que vai cumprir a meta em 2015.

Cristina Medeiros – IPECE pediu desculpas pelo tamanho da letra das tabelas e que irão melhorar para a próxima reunião, talvez dividir em mais slides de forma que possa estar mais

claro. Explicou que, para quem não sabe, o PforR tem uma regra que, em quatro anos, precisa-se executar nesses programas eleitos no PPA, acordado entre Banco e Estado, um valor equivalente a US\$ 315 milhões de dólares que na época da finalização do Documento do Projeto (PAD) equivalia a R\$ 853 milhões. Porém, hoje esse valor está menor porque foram feitas algumas revisões. No entanto esse valor em reais convertido em 2013 dava US\$ 338 milhões de dólares, o que tinha um espaço para cumprir essa meta/regra, que se chama de Regra de 100%. Ressaltou que o PforR é uma sequência de dois projetos anteriores, o SWAp I e SWAp II, na qual SWAp significa *Sector Wide Approach*, um tipo de empréstimo multisetorial do Banco Mundial, que trabalhava com vários setores e órgãos do Governo. Neles o Banco tinha regras para que o Estado executasse, a cada ano, um valor de 70% do valor orçado nos Programas, e se não executasse não recebia o recurso. Agora, não é assim. A regra dentro desse projeto PforR é que o Estado precisa executar, até o final de 2017, o valor equivalente a 315 milhões, e se não executar terá que devolver o valor equivalente a diferença e o Estado aceitou essa regra. Então o valor dessa “meta” de quatro anos foi dividido em valores anuais e foi combinado com o Banco que haveria a flexibilidade de compensar como se viu em 2014, ou seja, o programa da SEDUC, que executou muito mais do que estava previsto, e estão de parabéns, deu para compensar os outros Programas que não conseguiram por motivos outros. Então, o Estado conseguiu cumprir essa regra e estamos no caminho certo.

Hoilton Rios – FUNCEME perguntou se poderia utilizar recursos com fonte 69 nos programas para cumprir a meta.

Cristina Medeiros – IPECE respondeu que não pode, pois valores de empréstimos do BIRD estão excluídos.

Heloísa Cunha – IPECE passou a informar que, baseada na LOA de 2015 aprovada, a meta global de 2015 será de R\$ 191 milhões, sendo que a SEDUC tem a meta de R\$ 120 milhões, a STDS tem uma meta para 2015 de R\$ 8,65 milhões, a SRH tem, na iniciativa 05310 a meta de R\$ 5 milhões e trezentos, na iniciativa 05311 uma meta de R\$ 2,430 milhões, a COGERH na iniciativa 05273 tem uma meta de R\$ 29,690 milhões. A Cidades/CAGECE na iniciativa 05384 tem uma meta de R\$ 4,1 milhões. O CONPAM na iniciativa 3104 tem uma meta de R\$ 2 milhões e a SEMACE na iniciativa 04815 tem uma meta de R\$ 400 mil, na iniciativa 02466 uma meta de R\$ 400 mil, na iniciativa 05160 uma meta de R\$ 6,4 milhões, na iniciativa 05155 tem uma meta de R\$ 150 mil. A FUNCEME na iniciativa 02846 tem uma meta de R\$ 1,740 milhão e na iniciativa 02847 tem uma meta de R\$ 510 mil, totalizando R\$ 191 milhões que é 24,07% da meta total. E adiantou que em 2014 foram cumpridas 28% da meta geral.

Hoilton Rios – FUNCEME fez uma sugestão para incluir na pauta da próxima reunião uma discussão sobre a capacidade das instituições de cumprir as metas acordadas para o ano de 2015, para que se possa verificar a possibilidade, de não havendo a capacidade de algumas instituições, se possa fazer uma readequação. Citou como exemplo a FUNCEME: com exceção do recurso que tinha na iniciativa 02847 para 2014, que não foi executado, não tem recurso para 2015. Na 02846, na discussão com o Governador, um dos MAPPs com recursos na fonte 00 foram transferidos para a fonte 69. Ressaltou que outras instituições podem estar com problemas similares e o momento é esse para não se comprometer com a meta ao final do ano e verificar quais são as instituições que podem aportar um valor maior em função a sua capacidade orçamentária financeira.

Maurício Giffoni – SEMACE complementou na mesma linha de raciocínio do Hoilton Rios (FUNCEME), pois também nessa última reunião com o Governador atual, nessa iniciativa 05170 tinha R\$ 6,4 milhões e se colocou, já para esse exercício, quase quarenta milhões e das outras metas que se tinha pouca coisa, praticamente se tirou tudo, então temos que conversar exatamente sobre isso para adequar, de acordo com as novas prioridades do Governo.

Ulisses Rolim – CONPAM reforçou que seria bem interessante a reunião proposta pela FUNCEME porque foi uma linha geral, pelo que está se vendo, existe o corte dos recursos de fonte 00. O CONPAM também sofreu com isso e principalmente os órgãos que têm fonte própria, caso da SEMACE, fonte 70. O CONPAM tem compensação ambiental que já está prevendo certas dificuldades, porque os cortes realmente foram muito pesados, MAPP's licitados, contratos assinados e foi recebida a ordem de cancelar os processos. Então talvez seja uma coisa mais em nível de planejamento e deveria ser discutido, mas não necessariamente numa reunião de Comitê, mas deveria ser visto o quanto antes.

Cristina Medeiros – IPECE perguntou sobre a iniciativa do CONPAM especificamente.

Ulisses Rolim – CONPAM informou que não participou da reunião. Só a Maria Dias, Secretária Executiva do CONPAM que comentou que o MAPP de Gestão de Resíduos Sólidos que está em andamento e a empresa contratada prestando serviço dentro daquela iniciativa 03104 não foi modificado, mas outras ações correlatas vão sofrer implicações, com certeza.

Cristina Medeiros – IPECE perguntou a Eneida se houve de corte nessas iniciativas SEDUC.

Eneida Maia – SEDUC informou que não e que a Noemy Cordeiro (SEDUC) disse que estava tranquilo e não tem nenhum problema não e que acredita que a SEDUC vai dar conta, se Deus quiser, pois se está fazendo bastante esforço, fazendo as economias recomendadas e está realmente tentando cumprir. Além disso, também tem recurso do Governo Federal, só que não se sabe, porque até agora tem muita coisa que ainda é incerta. Mas o orçamento já foi aprovado e não vai ter grandes problemas não.

Lucidalva Bacelar – SEDUC informou que os MAPP's foram aprovados com valores que havia sido colocado.

Eneida Maia – SEDUC informou que não houve corte.

Cristina Medeiros – IPECE comentou que em função da informação da SEMACE e da FUNCEME que os valores dos MAPP's foram cancelados, remanejados ou não aprovados, seria interessante, no primeiro momento, se ter reuniões setoriais, que é mais efetivo, para se discutir em cima da informação específica das mesmas.

Hoilton Rios – FUNCEME concordou com a proposta de reuniões setoriais sem perder de vista a questão global. Lembrou que a questão de educação e saúde tem o limite constitucional e é fácil não ter corte, pois normalmente eles trabalham com os limites, então os cortes não vão ocorrer na mesma proporção que ocorrem em outras setoriais. Na persistência dessa seca, por exemplo, muito provavelmente as ações do setor de recursos hídricos e outros setores correlatos vão ter recursos incrementados, o que poderia compensar os valores previstos para esse ano. Então, nesse primeiro momento a reunião poderia ser setorial, mas no segundo

momento ela tem que ser geral, porque não dá para você trabalhar o planejamento de forma isolada.

Cristina Medeiros – IPECE esclareceu ao Hoilton Rios (FUNCEME) que era isso mesmo, a ideia é trabalhar os detalhes no específico de cada setorial para entender exatamente o que está acontecendo e depois no geral vendo como é que ficam os valores de todos os Programas nos eixos do Projeto, ou seja, analisar se o eixo de qualidade da água ficará mais vulnerável como se está achando e se os eixos de capacitação ou de assistência à família poderiam fazer a compensação.

Cristina Medeiros – IPECE perguntou se a STDS teve alguma sinalização de corte nesse programa.

Rosilane Ribeiro – STDS informou que não.

Cristina Medeiros – IPECE perguntou sobre a SRH e a COGERH, se teve alguma alteração ou corte, especificamente nessas iniciativas.

Denilson Fidelis – COGERH informou que acha interessante a proposta do Hoilton Rios (FUNCEME). Anunciou que retornou para a COGERH e não está mais na SRH. Informou também que em relação à SRH, no ano passado, teve alguns MAPP's que não foram aprovados e que impactavam no cumprimento das metas.

Cristina Medeiros – IPECE esclareceu que no caso da COGERH ficou só a questão do Plano de Segurança Hídrica, mas que se pretende reunir e discutir o detalhe desse projeto.

Denilson Fidelis – COGERH esclareceu que em relação à qualidade da água, em 2009 houve enchente no Ceará e se vinha pensando que se estava seguro com relação a quantidade da água, mas agora mudou totalmente o cenário. A COGERH tem recursos próprios, que não utiliza o MAPP, mas em relação aos seus recursos teve um direcionamento para utilizar na parte de obras, de construção de estruturas hídricas emergenciais e por isso a COGERH também vai ter que rever a questão dos recursos.

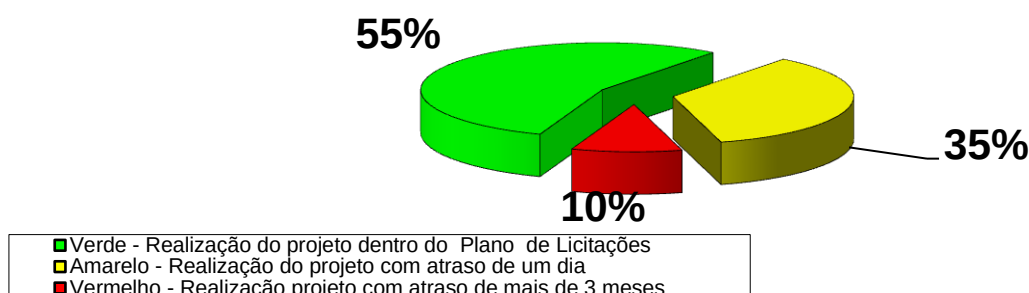
Cristina Medeiros – IPECE esclareceu que a UGP reviu a LOA de 2015 para os Programas do PforR e está só esperando que passe esse momento de transição para se reunir com cada setorial e depois reunir de uma forma intersetorial para se discutir a adequação, se for necessário, de algum valor. E então, se traria a discussão para a próxima reunião do Comitê PforR.

Heloísa Simone – IPECE finalizou informando que a UGP junto com a SEPLAG, está preparando o relatório financeiro (IFR) que precisa ser enviado ao Banco Mundial até o final do mês com toda a execução referente ao segundo semestre de 2014. Informou também que até segunda-feira o IFR prévio será enviado junto com os relatórios de pagamento, incluindo informação de NE, NP, data de pagamento, para as setoriais verificarem se os pagamentos estão de acordo com as restrições do Banco Mundial e assim enviarem a declaração assinada para fechar o IFR e enviar ao Banco.

✓ **Projetos de Assistência Técnica**

Viviane Costa – IPECE passou a apresentar a posição de 28/01/2015 dos Projetos de Assistência Técnica, explicando que dos 51 projetos, conforme o Plano de Licitação, 28 estão com a execução conforme o Plano de Licitação, 18 estão com atraso de um dia e 5 está com atraso de mais de 3 meses, conforme apresentado no Gráfico 1 e Quadro 7. Ressaltou que os projetos que estão com sinalização em vermelho é justificado pela ocorrência de republicações, licitações fracassadas ou licitação deserta, que necessitou de mais tempo para reiniciar o processo de licitação.

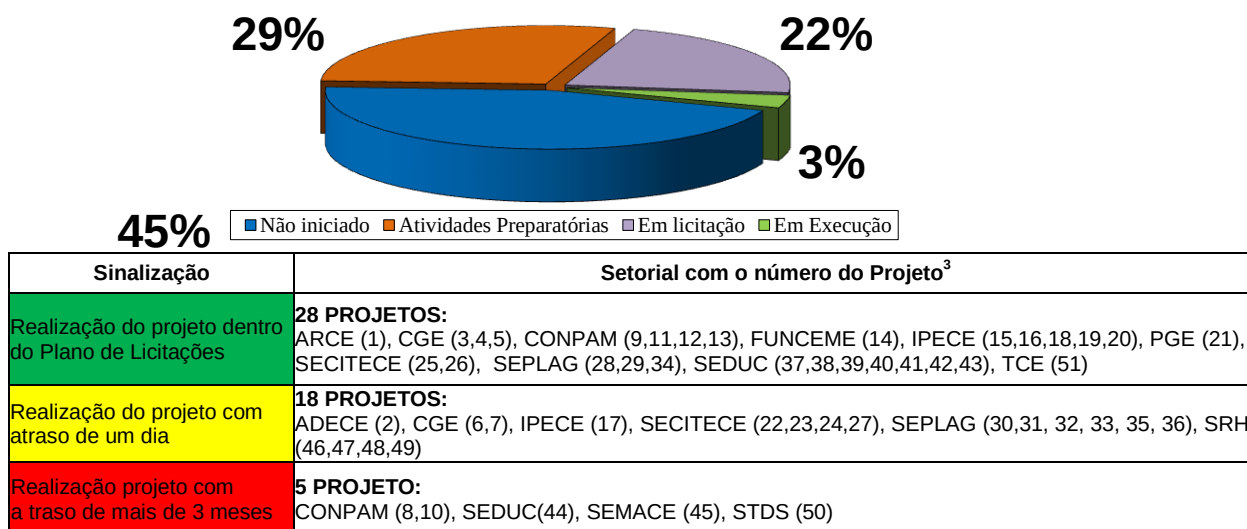
Gráfico 1 - Acompanhamento da Sinalização da Execução do Plano de Licitação dos Projetos



Quadro 7- Acompanhamento da Sinalização da Execução do Plano de Licitação dos Projetos

Viviane Costa – IPECE informou que até dezembro de 2014, os 51 projetos que estavam previstos, geraram 84 subprojetos, mas agora no mês de janeiro, esses 84 passaram a ser 86 e em relação aos estágios dos processos licitatórios desses 86 Subprojetos de Assistência Técnica (posição de 28/01/2015), 39 não iniciaram, 25 estão em atividades preparatórias, ou seja o Termo de Referência já foi iniciado, enviado e analisado, 19 estão no processo de licitação e 3 estão em execução, conforme apresentado no Gráfico 2 e Quadro 8.

Gráfico 2 - Estágio dos Processos Licitatórios



³ O número em parênteses se refere ao número do projeto na lista dos Projetos de Assistência Técnica no site do IPECE no link: http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/assistencia/Lista_dos_projetos_de_AT_rev_06102014_por_Setorial.pdf

Quadro 8 - Estágio dos Processos Licitatórios

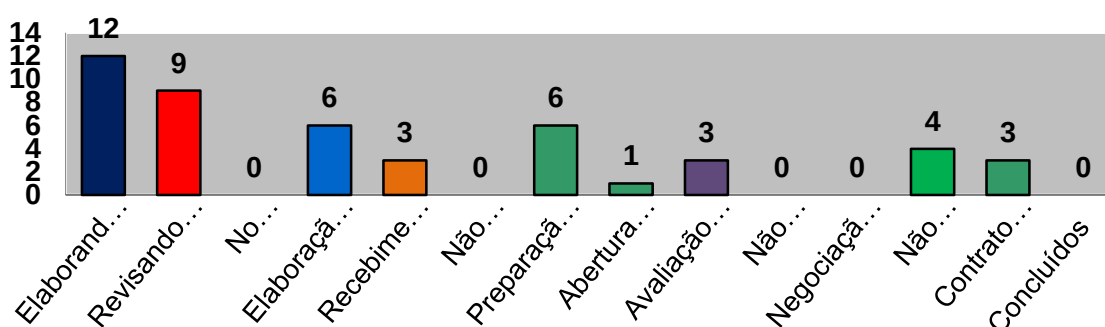
Sinalização	Setorial com o número do Projeto ⁴
Não iniciado conforme Plano de Licitação 39 Subprojetos	CGE(4,5,6,7), IPECE(21,22,23,27,28,29), SECITECE(31,32,33,34,35), SEPLAG(37,38,39,40,41,45,46,47,49,51,52,53), SEDUC(56,57,58,59,60,61,62,69,73), SEMACE(74), STDS(82,83)
Em Andamento 47 Subprojetos	Atividades Preparatórias ADECE (2), CGE(8,9), CONPAM(11,13,14,15,16,17), IPECE(25,26), PGE(30),SEPLAG(42,43), SEDUC(55,66,67,68,70,71,72), SRH(76,78,79). TCE(84) Em Licitação ARCE(1), CONPAM(10,12), FUNCEME(18), IPECE(24), SECITECE(36), SEPLAG(44,48,50,54), SEDUC(63,64,65), SEMACE(75), SRH(77), STDS(80,81), TCE(85,86) Em Execução CGE(3), IPECE(19,20)

Viviane Costa – IPECE informou que dos 47 subprojetos em andamento tem-se que nas atividades preparatórias: 12 estão Elaborando o Termo de Referência, 9 estão revisando os Termos após revisão do Banco. Na fase de Licitação, 6 estão na fase de Elaboração e publicação MI/Edital, 3 estão na fase de recebimento portfólios, CV, Preparação Lista Curta e SDP, 6 estão na fase de Preparação e envio de convite às empresas (Lista curta) ou convocação do CI para negociação, 1 está na Abertura Pública das Propostas, que no caso é o da FUNCEME, 3 estão na fase Avaliação das Propostas / Avaliação dos Currículos, 4 estão aguardando Não Objeção do BM ao contrato rubricado / Julgamento de propostas, ou seja, está aguardando o ofício da PGE para que haja homologação e assinatura do contrato. Inclui aí 3 consultorias da SEDUC e mais 1 da STDS, que é o relatório de serviço de não consultoria, que está aguardando a PGE enviar o ofício para STDS fazer a negociação do contrato.

Eileen Holanda – STDS informou que hoje recebeu o ofício da PGE.

Viviane Costa – IPECE finalizou informando que na fase de Execução temos 3 contratos assinados. As referências encontram-se no Gráfico 3 e Quadro 9.

Gráfico 3 - Projetos em Andamento



Quadro 9 - Projetos em Andamento

Etapas	Setoriais
Elaborando TR	CGE(8,9), IPECE(25,26), SEDUC(55,66,67,68,70,71,72), SRH(76) – 12 SUPROJETOS

⁴ O número em parênteses se refere ao número do projeto na lista dos Projetos de Assistência Técnica no site do IPECE no link: http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/assistencia/Lista_dos_projetos_de_AT_rev_06102014_por_Setorial.pdf

	Revisando TR após envio ao BM	CONPAM(11,13,14,15,16,17), PGE(30), SRH(78,79) – 9 SUBPROJETOS
	Elaboração e publicação MI/Edital	ADECE(2), CONPAM(12), SEPLAG(42,43,54), TCE(84) – 6 SUBPROJETOS
	Recebimento portfólios / CV, Preparação Lista Curta e SDP	CONPAM(10), IPECE(24), SEMACE(75) – 3 SUBPROJETOS
	Preparação e envio de convite às empresas (Lista curta) ou convocação do CI para negociação	SEPLAG(48,50), SRH(77), , STDS(80), TCE(85,86) – 6 SUBPROJETOS
	Abertura Pública das Propostas	FUNCEME(18) – 1 SUBPROEJTO
	Avaliação das Propostas / Avaliação dos Currículos	ARCE(1), SECITECE(36), SEPLAG(44) – 3 SUBPROJETOS
	Não Objeção do BM ao contrato rubricado / Julgamento de propostas.	SEDUC(63,64,65), STDS(81) – 4 SUBPROJETOS
	Contrato assinado/ Prestando Serviço	CGE(3), IPECE(19,20) – 3 SUBPROJETOS

Cristina Medeiros – IPECE esclareceu que a UGP acompanha esses projetos de Assistência Técnica bem de perto, porque se sabe que esse componente possui 10% do valor do projeto, que vale US\$ 35 milhões de dólares. Hoje são 86, mas na hora que começarem os outros 45% dos projetos que não começaram, o volume de trabalho será muito grande e a UGP precisa monitorá-los muito de perto. É um trabalho excelente o que a Viviane Costa e o Giuseppe Nogueira (IPECE) estão fazendo, mas mesmo assim a UGP precisa muito da ajuda de todos, e por essa razão convida-se todos os responsáveis de assistência técnica nas reuniões do Comitê para que acompanhem o desempenho de cada projeto.

Cristina Medeiros – IPECE esclareceu que o número que está do lado do nome da setorial tem correspondência com um projeto identificado numa lista no site⁵ que tem o número e o nome de cada projeto. Então solicitou aos responsáveis dos projetos com sinalização vermelha que acompanhem e vejam o que está acontecendo com seus projetos, ou seja, o CONPAM, a SECITECE, SEDUC, SEMACE e a STDS. Explicou que a sinalização vermelha mostra que um projeto está bastante atrasado, ou seja, o que foi planejado não foi ainda executado e esta com mais de três meses de atraso do previsto no Plano de Licitação. Adiantou que o amarelo mostra atraso a partir de um dia até oitenta e nove dias. Ressaltou ainda que como o ano de 2014 era o primeiro ano do Projeto PforR, o Plano de Licitação foi muito revisado, os responsáveis pelos projetos de assistência técnica sabem da quantidade de vezes que as datas para execução dos projetos foram ajustadas para se ter um plano realístico. No entanto, agora o projeto PforR está no segundo ano e tem mais só três anos para implementação e o tempo passa bem rápido e há muito trabalho a fazer. Reforçou então a necessidade dos responsáveis verem onde está a dificuldade no processo de licitação de seus projetos e atuarem de modo a dar maior celeridade aos mesmos e que a UGP está à disposição para ajudar no que for preciso.

Paulo Roberto – CGE deu boa tarde a todos os colegas do Comitê e informou que foi celebrado o contrato com o Consultor selecionado para realizar a atividade de auditoria técnica de indicadores há uns dez dias e a ordem de serviço da primeira atividade de auditoria foi expedida na terça-feira. Esclareceu que o Secretário Nelson Martins iniciou as articulações com os Secretários da primeira atividade de auditoria que são o CONPAM com o Secretário Arthur Bruno, o CEDE com a Dra. Nicolle Barbosa e a CAGECE com o Antônio José. Informou que

⁵ Vide: http://www2.ipece.ce.gov.br/pforr/assistencia/Lista_dos_projetos_de_AT_rev_22012015_por_Setorial.pdf

foram emitidos os ofícios de apresentação do Consultor e ele será apresentado diretamente a esses titulares e pediu a presença do representante de cada um desses órgãos na reunião. Ressaltou que a reunião na CAGECE será realizada na segunda-feira, dia 02/02/2015, às 11h. No CONPAM e no CEDE ainda não está definido, mas possivelmente será na semana que vem.

Paulo Roberto – CGE informou que essa primeira rodada de auditoria abrange unicamente três indicadores, sendo eles da CAGECE, CONPAM e CEDE. Na sequência, informou que aprovou a metodologia e o modelo de relatório ontem, mas propôs para na próxima reunião do Comitê, o Consultor Marcelo Barbosa ser apresentado a todos e apresentar a metodologia e possivelmente, o resultado da primeira auditoria se a UGP e os colegas concordarem na reunião de fevereiro.

Cristina Medeiros – IPECE perguntou se a ideia inicial da CGE não era trazer a metodologia antes de acontecer a auditoria.

Paulo Roberto – CGE explicou que em função do atraso, pois essa auditoria deveria ter sido feita em agosto e sob pena de prejudicar o todo, foi necessário avançar. Agora ficou bastante claro, durante a negociação da metodologia e do próprio relatório com o auditor, que a primeira rodada desses três órgãos com três indicadores, poderá indicar a necessidade de alguma modificação e em isso acontecendo, ela será feita. Informou também que o próprio treinamento estabelecido no termo de referência para os auditores da CGE ficou postergado para após a primeira atividade de auditoria. Reforçou que a informação que se queria deixar com todos é que a auditoria começa na semana que vem, começando pela CAGECE já agendada, e na sequência com o CONPAM e com o CEDE na medida em que se consiga agendar.

Paulo Roberto – CGE informou ainda que essa reunião é para que o Marcelo Barbosa possa ser apresentado e quando ele sinta a necessidade de se dirigir ao órgão, as pessoas já saibam quem é ele. Como a CGE é gestor do contrato então se tem essa obrigação.

Cristina Medeiros – IPECE informou que os representantes, no caso da CAGECE são o Carlos Rossas e a Silvia Cela.

Paulo Roberto – CGE perguntou no caso do CONPAM e CEDE quem são os representantes.

Cristina Medeiros – IPECE informou que no CONPAM são a Maria Dias e a Viviane Monte e do CEDE a Inês Stuart.

Ulisses Rolim – CONPAM perguntou qual o mês que será auditado o indicador.

Paulo Roberto – CGE informou que era para ser no mês de agosto, por isso a urgência.

Cristina Medeiros – IPECE informou que o indicador do CONPAM, na verdade, é um indicador composto, e o Tiago Bessa (SEMACE) e o Denilson Fidelis (COGERH) teriam que estar lá também, conforme o protocolo do indicador.

Paulo Roberto – CGE esclareceu que e os gestores máximos também deveriam estar, pois a percepção é que se não envolver os titulares no começo, na largada, isso do ponto de vista de uma visão de auditoria, o trabalho perde. Reforçou que o titular do órgão e entidade precisa,

desde o começo, não só saber e compreender o trabalho, mas também verificar a sua realização, visto que eles são os patrocinadores maiores.

Cristina Medeiros – IPECE concordou com o Paulo Roberto (CGE).

Cristina Medeiros – IPECE chamou atenção para a presença da Giovana Adjafre (TCE) e deu boas vindas. Adiantou que a UGP recebeu hoje o ofício da Susana Amaral (Banco Mundial), convidando formalmente, a CGE para auditar o Projeto de Assistência Técnica do TCE. Ressaltou parecer um pouco estranho, mas isso é feito a nível Federal e é dentro das normas do Banco Mundial, especificamente para um projeto que está dividido em três subprojetos. Informou também que a Susana Amaral (Banco Mundial) coloca no ofício a disponibilidade de treinamento para que a CGE possa efetivamente fazer a auditoria do projeto.

Paulo Roberto – CGE informou que o Secretário Nelson Martins (CGE) irá formalmente tratar do assunto com o Tribunal e vai-se buscar também o treinamento indicado no ofício, para que se siga na mesma linha, inclusive do que é feito em nível Federal, não inovar no sentido de trazer algo fora do padrão que o próprio Banco Mundial já estabeleceu, a não ser que evidentemente ele diga para melhorar isso ou aquilo.

Cristina Medeiros – IPECE agradeceu ao Paulo Roberto (CGE).

✓ **Principais pontos de atenção nos Processos de Licitação**

Giuseppe Nogueira – IPECE selecionou alguns pontos que têm sido comuns dentro do desenvolvimento dos Projetos de Assistência Técnica para enfatizar:

1. Agilidade na elaboração e revisão dos documentos - (observando as datas estimadas no Plano de Licitações)

Giuseppe Nogueira – IPECE informou que o seu objetivo é passar para todos um pouco dos pontos que têm sido recorrentes dentro do processo de aquisição, seja na parte de consultoria de empresa ou consultoria de pessoa física. A Cristina Medeiros (IPECE) já falou sobre esse primeiro ponto que seria na agilidade da elaboração e revisão dos documentos, observando as datas estimadas no Plano de Licitação. Estimam-se, mais ou menos, oitenta a noventa dias para a finalização de um contrato de consultoria individual e cento e sessenta dias de prazo para contratação de empresa. Ressaltou que tem observado é que, dentro desses prazos estimados não são computados vários tipos de problemas que se tem atualmente até que se chegue à fase de assinatura do contrato. Citou como exemplo o período de eleição e o período de transição. Então toda vez que posterga, coloca para frente alguma atribuição, isso com certeza influenciarão na frente e isso foi com certeza é o que influenciou no aumento do número de projetos que estão em vermelho, por isso que esta se chamando a atenção das equipes para que procurem cumprir com os prazos.

2. Tabelas referenciais aplicadas a serviços de Consultoria de Empresa

Giuseppe Nogueira – IPECE informou que outro comentário recorrente com relação à Consultoria de Empresa é a utilização de tabelas referenciais de consultoria. Geralmente, se tem utilizado tabelas do DNIT, da ABCR como fontes de estimativas, mas o Especialista do Banco Mundial Danilo Carvalho tem chamado muita atenção para que se procure tabelas que sejam fidedignas com aqueles serviços que está procurando estimar. Então, isso tem sido

aceito, mas toda a vez o Banco Mundial faz comentários. Então é uma sugestão para que nos próximos processos que se tente adequar.

3. Custos com despesas reembolsáveis x Valor total da consultoria

Giuseppe Nogueira – IPECE informou que em relação à estimativa daquelas despesas que estão vinculadas a execução da consultoria, que são despesas indiretas, como aluguel de carro, aluguel de escritório, diárias de consultores, passagens aéreas, enfim, tudo aquilo que está relacionado. Citou como exemplo um caso do CONPAM de capacitação em que mais da metade dos custos era de despesa reembolsável. Então se teve um tempo na elaboração, se perdeu tempo analisando, e na realidade, quando se recebeu o aval já era para simplesmente desmembrar, fazer um edital para serviço de não consultoria e outro edital só para consultoria. Então que se precisa ter esse cuidado.

4. Requisitos Mínimos de qualificação (*Consultorias Individual e Empresa*)

Giuseppe Nogueira – IPECE informou que esses requisitos mínimos são colocados na equipe chave ou na parte de qualificação do consultor onde se exige na formação acadêmica e o tempo de experiência. Lógico que quando se quer contratar a sempre se quer contratar o melhor, e se tem buscado sempre consultores com doutorado, com mestrado, mas isso influencia diretamente na participação de outros consultores. Então a sugestão do Banco Mundial é que sempre se procure estar exigindo aquela qualificação mínima, sempre deixando aberta para a qualificação máxima, mas que se atrele isso a qualidade de experiência daquele consultor que se quer contratar

5. Contratação de servidores públicos

Giuseppe Nogueira – IPECE informou que o último ponto é com relação à contratação de servidores públicos. Ressaltou que existem, pelo menos, dezoito contratos de consultores individuais, e se está na fase de finalização de alguns e pelo menos dois vencedores são servidores públicos. O Banco permite a contratação desses consultores desde que atendam aos requisitos que tem nas diretrizes na questão da elegibilidade. Explicou que na diretriz esses Consultores podem ser contratados desde que não sejam de dedicação exclusiva e que não vão de encontro ao que preza o estatuto do órgão que ele presta serviço. Então é algo que tem que ser observado pelas assessorias jurídicas, com o auxílio também da UGP.

III. INDICADORES COM METAS PARA 2015 E DISCUSSÃO DOS DESAFIOS DOS MESMOS

Laura Gonçalves – IPECE adiantou que já foi visto os indicadores acompanhados no ano de 2014, agora se apresenta os que têm metas para 2015 e saber de todos envolvidos os seus desafios. Passou a apresentar os Indicadores Primários conforme Quadros 10 e 11.

Quadro 10 – Indicadores Primários e Metas – 2015

Tema	Nº	Nome do Indicador	Setorial	Responsável	Meta 1ºSemestre	Meta 2ºSemestre	Status	Valor Desembolso US\$ Milhões
Crescimento Econômico	1	Aprovação da estratégia de desenvolvimento de competências, elaboração do plano de ação e implementação de ações selecionados no âmbito do plano de ação	CEDE	Sendo Definido	Plano de Ação publicado.	-		2.744.448,00
					Valor: US\$ 2.744.448,00			
	2	Número total de acordos em vigência com empresas privadas para contribuir com equipamentos, treinamento in loco e fazer recomendações para elaborar grade curricular ou instrutores do curso.	SEDUC	Andrea	10	12		6.148.194,00
					Valor: US\$ 2.744.444,00	Valor: US\$ 3.403.750,00		
Redução da Pobreza	3	Porcentagem de famílias com crianças entre 0 e 5 anos no Cadastro Único em municípios alvo que estejam recebendo apoio familiar através do CRAS.	STDS	Mary Anne Libório	-	10.0%		3.403.750,00
						Valor: US\$ 3.403.750,00		
	4	Porcentagem de equipes técnicas no CRAS capacitadas em apoio familiar.	STDS	Mary Anne Libório	15%	30%		6.148.194,00
					Valor: US\$ 2.744.448,00	Valor: US\$ 3.403.750,00		
	5	Porcentagem de Projetos de Assistência à Família financiados pelo FECOP com matrizes lógicas implementadas.	SEPLAG	Lara Costa	22.5%	45%		6.148.194,00
					Valor: US\$ 2.744.448,00	Valor: US\$ 3.403.750,00		
SUB TOTAL					10.977.780,00	13.615.000,00		24.592.780,00

Quadro 11 – Indicadores Primários e Metas – 2015 (continuação)

Tema	Nº	Nome do Indicador	Setorial	Responsável	Meta 1ºSemestre	Meta 2ºSemestre	Status	Valor Desembolso US\$ Milhões
Sustentabilidade Ambiental	6	Estabelecimento de Comitê Multisetorial de Segurança Hídrica.	CONPAM	Maria Dias	Diagnóstico de Bacias Hidrográficas.	-		2.744.444,00
					Valor: US\$ 2.744.444,00			
	7	Percentual de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto	CAGECE	Carlos Rossas	84.6%	84.9%		6.148.194,00
					Valor: US\$ 2.744.444,00	Valor: US\$ 3.403.750,00		
	8	Índice de qualidade da fiscalização ambiental.	CONPAM	Maria Dias	50%	60%		6.148.194,00
					Valor: US\$ 2.744.444,00	Valor: US\$ 3.403.750,00		
	9	Implementação do monitoramento participativo da Qualidade da Água.	FUNCEME	Hoilton Rios	Metodologia de monitoramento definida e adotada.	Protocolo de coleta de dados definido e adotado.		6.148.194,00
					Valor: US\$ 2.744.444,00	Valor: US\$ 3.403.750,00		
Gestão Pública	10	Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos	SEPLAG	Avilton Júnior	1	2		6.148.194,00
					Valor: US\$ 2.744.448,00	Valor: US\$ 3.403.750,00		
SUB TOTAL					13.722.220,00	13.615.000,00		27.337.220,00
TOTAL					24.700.000,00	27.230.000,00		51.930.000,00

Laura Gonçalves – IPECE solicitou que cada responsável falasse um pouco sobre os indicadores, o que já tem sido feito com a finalidade de alcançar essas metas, principalmente os que já têm meta para o primeiro semestre e qual vai ser o desafio para o cumprimento dessa meta.

Laura Gonçalves – IPECE informou também que a partir do próximo mês vai entrar em contato para monitorar o mês de janeiro, especificamente desses indicadores para 2015, totalizando dezoito. Deles, dez indicadores são primários, ou seja, o dobro de 2014. Ressaltou que vai ser um grande desafio e aprendizado para todos nesse ano de 2015 e a UGP solicita a ajuda de

todos no acompanhamento dos mesmos. Destacou que a UGP vai entrar em contato, bem mais do que o ano passado para que se possa continuar trabalhando em conjunto e conseguir alcançar as metas.

Laura Gonçalves – IPECE passou a palavra para cada um dos responsáveis frisando que, a importância de se manifestem a respeito dos desafios e o que já tem sido feito em prol dessas metas. Informou que na sequência se vai ver os valores de desembolso, quando será o próximo desembolso, quanto se vai deixar de receber, caso alguma meta não seja cumprida nesse ano, para se ter uma visão do que vai impactar se não for cumprindo cada meta no período que ela está prevista.

Inês Studart – CEDE informou que estava substituindo uma pessoa que era responsável, então não tinha o que contribuir.

Laura Gonçalves – IPECE esclareceu que o indicador do CEDE teve meta em 2014 e foi cumprido parcialmente⁶ e que existe um Comitê de Estratégia que está cuidando do mesmo. Ressaltou que os envolvidos no Comitê são o CEDE, SEPLAG, IPECE, SEDUC, SECITECE e para esse ano de 2015 estão programados reuniões e alguns eventos e acredita que essa meta vai ser cumprida. Então considerando que esse indicador está caminhando bem, a UGP está acompanhando, então se vai colocar o status dele, por hora, verde.

Andréa Rocha – SEDUC adiantou que o indicador *“Número total de acordos em vigência com empresas privadas para contribuir com equipamentos, treinamento in loco e fazer recomendações para elaborar grade curricular ou instrutores do curso”* é um grande desafio porque não depende diretamente da Secretaria. Explicou que há uma articulação com as empresas, mas já se vem fazendo isso, já se está articulando, tem alguns termos engatilhados, mas ainda não foram formalizados. Ressaltou que as metas são dez e doze, mas na verdade é tomando a linha de base que são oito acumulativos, então são dois por semestre. Então quando se coloca dez como meta assusta, mas são dois que já estão engatilhados, na verdade já tem três engatilhados. Sinalizou verde, e como a meta é por semestre, até junho a gente já tem isso fechado.

Rosilane Ribeiro - STDS informou que os Indicadores *“Percentual de famílias com crianças de 0-5 no Cadastro Único nos municípios alvo que estejam recebendo apoio familiar através CRAS”* e *“Porcentagem de equipes técnicas nos CRAS capacitadas em Apoio Familiar”* dependem da contratação de Consultoria para cumprimento das metas, mas o processo licitatório está ocorrendo dentro do planejado, por essa razão, espera-se que as metas sejam cumpridas dentro do prazo, indicado, assim, a sinalização verde.

Lara Costa – SEPLAG deu boa tarde e informou que sobre o indicador *“Porcentagem de Projetos de Assistência à Família financiadas pelo FECOP com matrizes lógicas implementadas”*, inicialmente iria sinalizar verde porque ele já está incorporado no modelo de avaliação dos projetos do FECOP, então as equipes já serão capacitadas, já incluindo o marco lógico em todos os projetos, incluindo os de assistência ou não. Ressaltou que já é algo que está intrínseco ao projeto FECOP.

Ulisses Rolim – CONPAM comentou que em relação ao Indicador *“Estabelecimento de Comitê Multisetorial de Segurança Hídrica”* o Comitê está em atividade, e se tentou fazer uma reunião

⁶ O Banco Mundial solicitou uma validação política do novo Governo do Documento entregue em Dezembro de 2014,

no final do ano, mas devido a todas as circunstâncias de transição ela não ocorreu, mas uma vez que envolve os titulares das pastas. Informou que se consiga fazer a reunião em fevereiro, ou março. Sinalização verde.

Laura Gonçalves – IPECE lembrou que o indicador “*Percentual de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto*” da CAGECE foi acompanhado no ano de 2014.

Carlos Rossas – CAGECE informou que a parte responsável pela CAGECE, o indicador está tranquilo, apesar do programa não ter conseguido avançar.

Tiago Bessa – SEMACE informou que o Indicador “*Índice de qualidade da fiscalização ambiental*” é de responsabilidade do CONPAM, mas é um indicador na qual a SEMACE vem tabulando os dados, coletando os dados da COGERH, CONPAM e da própria SEMACE. Sinalizou verde, porque ele finalizou o ano de 2014 com 41,7% e a meta do 1º semestre de 2015 é 50%. Destacou dois desafios para o indicador: incrementar a educação ambiental e ao mesmo tempo a fiscalização da SEMACE, pois foi feito uma Nota Técnica no ano passado reduzindo a abrangência da ação da SEMACE, mas percebe-se que é bem factível.

Hoilton Rios – FUNCEME adiantou que esse indicador “*Implementação do monitoramento participativo da Qualidade da Água*” está vinculado a uma Assistência Técnica, cuja abertura das propostas está marcada para amanhã. As possibilidades de cumprimento das metas são pequenas, mas como nada é impossível pode se deixar a sinalização amarela.

Avilton Júnior – SEPLAG informou que em relação ao indicador “*Número de secretarias Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos*”, foi feita uma Nota Técnica. Ressaltou que o PforR foi assinado em dezembro de 2013 e mesmo que se tivesse começado todas as atividades previstas para contratação e iniciado as atividades da própria consultoria, não se teria atingido a meta desse indicador. Informou também que a meta inicial de dezembro de 2014 não foi atingida, mas a perspectiva é que se atinja em novembro de 2015. Então com um trabalho de articulação forte entre a SEPLAG, PGE e os outros envolvidos, o indicador provavelmente só será alcançado em novembro de 2015.

Laura Gonçalves – IPECE perguntou se a meta de 2014 só será alcançada em novembro de 2015 e a meta do primeiro semestre de 2015 só será alcançada em 2016?

Avilton Júnior – SEPLAG confirmou e informou que se trabalhou no momento de desenhar o termo de referência para minimizar esses impactos, ou seja, a meta de 2015 que seria agora em junho e a segunda que seria em dezembro de 2015 provavelmente serão alcançadas conjuntamente no início de 2016. Ressaltou que se atrasou muito o início, porém vai se adiantar muito no final.

Laura Gonçalves – IPECE perguntou qual a sinalização para as metas de 2015.

Avilton Júnior – SEPLAG confirmou que seria vermelho.

Laura Gonçalves – IPECE passou então para os indicadores secundários, conforme o Quadro 12 e informou que todos os indicadores secundários têm metas somente para o segundo semestre de 2015.

Quadro 12 - Indicadores Secundários e Metas – 2015

TEMA	Nº	Indicador Secundário	Órgão	Responsáveis	Metas 1ª semestre	Metas 2ª semestre	
Crescimento Econômico	1	Número de técnicos com nível médio absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico).	IPECE	Victor Hugo	-	29.000	
	2	Análise e melhoria dos mecanismos de governança da política de desenvolvimento do setor produtivo (incluindo Capacitação Profissional).	SEPLAG	Avilton Júnior	-	Plano de Ação Publicado.	
Redução da Pobreza	3	Criação e funcionamento de Comitê Consultivo multissetorial CPDI (SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE).	SEPLAG	Lara Maria Silva Costa	-	Outras duas Resoluções Publicadas	
	4	Percentual de famílias Cadastro Único nos municípios-alvo a receber apoio do CRAS com equipe treinada.	STDS	Mary Anne Libório	-	10%	
Sustentabilidade Ambiental	5	Apresentação de planos de segurança de água para três bacias hidrográficas estratégicas.	COGERH	Adahil Sena	-	Planos Preparados	
	6	Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas.		Adahil Sena	-	Projetos de Lei apresentados	
	7	Qualidade da água bruta, na região metropolitana de Fortaleza.		Denilson Fidelis	-	64.3	
	8	Apresentação da lei de gestão de resíduos sólidos revista.	CONPAM	Marias Dias	-	Divulgação e Implementação	

Laura Gonçalves – IPECE informou que o primeiro indicador é de responsabilidade do IPECE, “Número de técnicos com nível médio absorvidos pelo setor produtivo (público e privado) (ajustado para o ciclo econômico)” e adiantou que esse indicador já havia sido sinalizado em 2014 a impossibilidade de cumprimento. Reforçou que está sendo elaborada uma Nota Técnica pelo Victor Hugo (IPECE) propondo ao Banco Mundial um reajuste dessa meta e que o IPECE não tem governança sobre esses números. Informou também que se o Banco aceitar a mudança da fórmula proposta na Nota Técnica, provavelmente essa meta, terá o status mudado para verde, mas nesse momento a previsão é ela não ser cumprida, por isso o vermelho.

Avilton Júnior – SEPLAG informou que esse indicador “Análise e melhoria dos mecanismos de governança da política de desenvolvimento do setor produtivo (incluindo Capacitação Profissional)” está previsto para o segundo semestre de 2015. A equipe está discutindo, porque quem está envolvido nesse projeto também está muito envolvido com outro que é do Comitê de Estratégia Econômica do Governo do Estado. Então como envolve toda essa questão da governança do setor público, privado e academia esta se coletando todos os elementos necessários na elaboração desse termo de referência e tudo indica que se conseguirá cumprir essa meta em 2015.

Lara Costa – SEPLAG informou que o indicador “Criação e funcionamento de Comitê Consultivo multissetorial CPDI (SEDUC, SDA, SESA, STDS, SEPLAG, IPECE)” pode ter a sinalização verde, inclusive porque a Primeira-Dama já anunciou o tema da primeira infância como uma prioridade na sua gestão. Ressaltou que tem reunião marcada com ela para o dia 09/02 para apresentar o Comitê Consultivo Intersetorial das Políticas de Desenvolvimento Infantil no Ceará (CPDI) e ela já sinalizou que vai se engajar mesmo com a causa, quer participar das reuniões, então é algo que está com as melhores perspectivas possíveis.

Rosilane Ribeiro - STDS informou que da mesma forma que os Indicadores primários o indicador secundário: *“Percentual de famílias no Cadastro Único em municípios alvo que estejam recebendo apoio do CRAS com equipe treinada”* depende da contratação de Consultoria para cumprimento da meta, mas o processo licitatório está ocorrendo dentro do planejado, por essa razão, espera-se que as metas sejam cumpridas dentro do prazo, indicado, assim, a sinalização verde.

Adahil Sena – COGERH informou para o indicador *“Apresentação de planos de segurança de água para três bacias hidrográficas estratégicas”* a falta da aprovação do MAPP. Os termos de referência estão prontos, mas há o receio de que ocorra com o termo de referência anterior. Explicou que há dois anos não houve MAPP, então foi refeito agora o Plano e não se tem MAPP aprovado.

Laura Gonçalves – IPECE perguntou qual a sinalização que ele sugeriria, a priori?

Adahil Sena – COGERH informou que seria amarela, pois ainda tinha fé.

Adahil Sena – COGERH informou que para o indicador *“Apresentação de nova lei de proteção de bacias hidrográficas”* poderia sinalizar verde, porque ele já está em andamento, já foram feitas várias audiências e se irá fazer duas agora em março, quer dizer, para esse ano está tudo bem.

Denilson Fidelis – COGERH informou que esse indicador *“Qualidade da água bruta, na região metropolitana de Fortaleza”* tem atingido a meta surpreendentemente, apesar da situação hídrica do estado do Ceará. Explicou tecnicamente que a água que está chegando do Castanhão está limpa. Sinalizou verde. Ressaltou que o indicador tem sido em cima do IQA, que foi definido, e paralelamente está se estuando o IQA-r que vem dando uma sinalização diferente, só que oficialmente está só o IQA.

Viviane Monte – CONPAM adiantou que em relação ao indicador *“Apresentação da lei de gestão de resíduos sólidos revista”*, a minuta de Lei encontra-se na PGE há um tempo relativamente longo, mas a nova coordenadoria jurídica do CONPAM já está com reunião agendada com representante da PGE e se está listando todas as nossas pendências em relação à alteração de Lei para colocar dentro do pacote de transformação do CONPAM em Secretaria. Sinalizou verde porque se tem a sinalização de celeridade do processo.

Laura Gonçalves – IPECE esclareceu que, conforme havia falado anteriormente, tem o sumário com os valores de cada meta dos dez indicadores primários no Quadro 13. No primeiro semestre o *“DLI 1: Aprovação das estratégia de capacitação profissional, preparação do plano de ação e implementação das ações selecionadas sob o plano de ação”* com a meta *“Plano de Ação publicado”* tem o valor de US\$ 2.744.448,00. Explicou que a meta, quando cumprida, esse valor é desembolsado e mostrou que a última linha tem o valor previsto a ser desembolsado em setembro de 2015, ou seja, as metas que forem cumpridas no primeiro semestre de 2015, o estado receberá o valor referente ao cumprimento da mesma, o quanto ela vale.

Quadro 13 – Desembolsos previstos Indicadores PforR: Metas 2015

INDICADORES PRIMÁRIOS COM META 1º SEMESTRE 2015			
nº	DLI	META	VALOR US\$
1	DLI 1: Aprovação das estratégia de capacitação profissional, preparação do plano de ação e implementação das ações selecionadas sob o plano de ação.	Plano de Ação publicado.	2.744.448,00
2	DLI 3: Número total de acordos em vigência com empresas privadas para contribuir com equipamentos, treinamento in loco e fazer recomendações para elaboração da grade curricular ou instrutores de cursos.	10	2.744.444,00
3	DLI 5: Porcentagem de equipes técnicas no CRAS capacitadas em apoio familiar.	15%	2.744.444,00
4	DLI 6: Porcentagem de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP que tenham matrizes lógicas.	22.5%	2.744.444,00
5	DLI 7: Estabelecimento de um comitê interagência de segurança hídrica.	Diagnóstico de Bacias Hidrográficas.	2.744.444,00
6	DLI 8: Porcentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto.	84.6%	2.744.444,00
7	DLI 9: Índice de qualidade da fiscalização ambiental.	50%	2.744.444,00
8	DLI 10: Implementação do monitoramento participativo da qualidade da água.	Metodologia de monitoramento definida e adotada.	2.744.444,00
9	DLI 11: Número de secretarias que estejam usando o modelo para alinhamento dos incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos.	1	2.744.444,00
Valor previsto a ser desembolsado em setembro 2015			24.700.000,00

Laura Gonçalves – IPECE passou a apresentar o Quadro 14 e informou que em relação aos dois indicadores da SEPLAG “DLI 11: Número de secretarias que estejam usando o modelo para alinhamento dos incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos” e “DLI 12: Porcentagem total de investimentos públicos sob o Programa usando metodologia aprovada”, foi elaborado pelos Avilton Júnior e Adauto Oliveira (SEPLAG), um Plano de Ação para o cumprimento desses indicadores e de acordo com a Nota Técnica que eles enviaram, foi informado que as metas serão cumpridas no final do ano de 2015. Explicou que está programado para receber os valores dessas metas em março de 2016 e os demais indicadores que possuem metas para o segundo semestre de 2015 também terão os seus desembolsos em março de 2016.

Laura Gonçalves – IPECE explicou que na última linha encontra-se o valor total previsto para ser desembolsado em março de 2016.

Quadro 14 – Desembolsos previstos Indicadores PforR: Metas 2015

INDICADORES PRIMÁRIOS COM META 2º SEMESTRE 2015			
nº	DLI	META	VALOR US\$
1	DLI 11: Número de secretarias que estejam usando o modelo para alinhamento dos incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos.	Aprovação do modelo para o alinhamento dos incentivos. ¹	6.198.000,0
2	DLI 12: Porcentagem total de investimentos públicos sob o Programa usando metodologia aprovada	Aprovação da metodologia. ²	6.198.000,0
Sub total Metas do 2º Semestre 2014			12.396.000,00
3	DLI 3: número total de acordos em vigência com empresas privadas para contribuir com equipamentos, treinamento in loco e fazer recomendações para elaboração da grade curricular ou instrutores de cursos.	12	3.403.750,0
4	DLI 4: Porcentagem de famílias de 0 a 5 anos inscritas no Cadastro Único localizadas nos municípios alvo que estejam recebendo apoio familiar através do CRAS	10.0%	3.403.750,0
5	DLI 5: Porcentagem de equipes técnicas no CRAS capacitadas em apoio familiar	30%	3.403.750,0
6	DLI 6: Porcentagem de projetos de assistência à família financiados pelo FECOP que tenham matrizes lógicas	45%	3.403.750,0
7	DLI 8: Porcentagem de domicílios com conexão adequada ao sistema de esgoto	84.9%	3.403.750,0
8	DLI 9: Índice de qualidade da fiscalização ambiental	60%	3.403.750,0
9	DLI 10: Implementação do monitoramento participativo da qualidade da água.	Protocolo de coleta de dados definido e adotado.	3.403.750,0
10	DLI 11: Número de secretarias que estejam usando o modelo para alinhamento dos incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos.	2	3.403.750,0
Sub total Metas do 2º Semestre 2015			27.230.000,00
Valor previsto a ser desembolsado em março 2016			39.626.000,0

¹ Esta meta é referente ao 2º semestre de 2014 que tem previsão de cumprimento no 2º semestre de 2015.

² Esta meta é referente ao 2º semestre de 2014 que tem previsão de cumprimento no 2º semestre de 2015.

Cristina Medeiros – IPECE informou que o Adauto Oliveira (SEPLAG) fez a seguinte pergunta: por que março? Na verdade é uma previsão, não é setembro e março. No SWAp era necessariamente a cada seis meses, nessas datas, mas no PforR não. É feito semestralmente e se está prevendo março e setembro mas pode ser que seja menos ou pode ser que seja mais. Ressaltou que a razão desses três meses após o cumprimento é necessário para que depois que é confirmada o cumprimento da meta e entregue as evidências, a mesma é validada através da auditoria pelo Consultor que foi contratado pela CGE e depois de elaborado o relatório de Auditoria ele é encaminhado pelo UGP para o Banco Mundial, que vai dar sua autorização e a partir daí se pode fazer a solicitação do recurso. Então todo o tempo de auditoria e de processamento no Banco pode levar três meses, mas dependendo da celeridade pode ser antes disso.

Hoilton Rios – FUNCEME perguntou se durante esse processo de auditoria desses indicadores que estão previstos para junho de 2015 e se a FUNCEME concluísse sua meta em julho ou agosto, ainda daria tempo de incluir nesse desembolso?

Cristina Medeiros – IPECE respondeu que acredita que sim.

Cristina Medeiros – IPECE informou que se vai começar esse ano os trabalhos de auditoria dos Programas e Projetos de Assistência Técnica do PforR relativo ao ano de 2014. Ressaltou que o TCE vai realizar a auditoria de licitação e auditoria financeira. Então ele vai elaborar relatório para o Banco Mundial. Já os indicadores, não é o TCE e sim, como foi falado antes, uma pessoa contratada pela CGE, Marcelo Barbosa e este já vai começar, como o Paulo Roberto (CGE) explicou, numa reunião segunda-feira na CAGECE.

Laura Gonçalves – IPECE deu a palavra para o Avilton Júnior – SEPLAG para apresentar o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação – SIMA. Lembrou que enviou um e-mail pedindo o CPF dos responsáveis pelos indicadores para cadastrar no Guardião e é justamente para o Sistema que será explicado pelo Avilton Júnior.

IV. UTILIZAÇÃO DO SISTEMA INTEGRADO DE MONITORAMENTO DA SEPLAG – SIMA

Avilton Júnior – SEPLAG começou sua apresentação explicando que o Sistema Integrado de Monitoramento e Avaliação foi pensado a partir da necessidade do Estado de começar a rediscutir o desempenho de alguns resultados de indicadores estratégicos de Governo, que se sabe que se planeja a nível mais estratégico passando para o tático e o operacional e o monitoramento começa de baixo para cima. Então nessa perspectiva de se monitorar de baixo para cima é que se pensou em desenvolver um sistema, para ser utilizada dentro de uma sistemática, uma metodologia de monitoramento de projetos, programas e resultados. E nesse monitoramento, foi definido para ser um processo gradual e trabalhar com cinco Secretarias piloto, no caso a SEDUC, a Eneida Maia (SEDUC) estava até participando das definições de alguns indicadores, a Vera Coelho (SESA), e também com a Secretaria de Infraestrutura, Secretaria do Desenvolvimento Agrário e a Secretaria de Segurança Pública. São cinco Secretarias piloto que já se tinha uma base de indicadores de resultados e indicadores estratégicos de governo, ou seja, uma matriz de resultados dos indicadores que foi rediscutida, pois alguns indicadores precisavam sair do foco de indicador de produto, como alguns deles tinham essas características de oferta para se trabalhar com indicadores de resultados para medir a atuação do Governo. E uma vez apresentando toda essa sistemática de monitoramento foi feita essa definição conjuntamente com as Secretarias envolvendo o IPECE

na formulação ou reformulação desses indicadores estratégicos. Então o sistema foi apresentado para a equipe do PforR pois a UGP estava planejando desenvolver um sistema de monitoramento nessa linha de monitoramento de indicadores. E como acontece na reunião do Comitê, o SIMA relata o desempenho de alguns indicadores e sai com algumas medidas corretivas quando é necessário.

Avilton Júnior – SEPLAG então continuou informando que a equipe da TI, juntamente com a equipe da coordenadoria de planejamento, orçamento e gestão da SEPLAG está desenvolvendo um sistema para o monitoramento de programas de governo que também é outro pedaço aqui, coincidentemente é outro pedaço do PforR, já que tem algumas iniciativas marcadas para serem desenvolvidas e seriam acompanhadas no âmbito do Programa para Resultados. Também está desenvolvendo um sistema para o monitoramento de projetos, só que o de projetos está em fase de desenvolvimento conjuntamente com a equipe do CPD. O do PPA e o de resultados já estão em fase de teste, homologação e por isso foi pedido que os responsáveis pelos indicadores fornecessem alguns dados, para se fornecer a senha de acesso porque tem que ter acesso ao guardião do sistema, que é quem faz toda a parte de segurança da informação dos sistemas corporativos como SIAP, WEBMAPP, sistema de limite COGERF e o SIMA. Ressaltou a importância de estar inserido nesse ambiente de segurança da informação e por isso quem é responsável vai receber acesso e se vai marcar o momento de uma reunião para apresentar especificamente o sistema, como é que se trabalha nele, como acompanha os indicadores, então as pessoas vão ser devidamente capacitadas na atuação do sistema.

Avilton Júnior – SEPLAG continuou explicando que se pensou num sistema que seguisse a lógica do processo de monitoramento, que começa quando há uma definição de que resultados que se quer alcançar e quais indicadores serão utilizados para verificar o andamento desses resultados, que indicador vai medir o alcance ou não de uma determinada situação. No caso já se tinha os resultados os indicadores do PforR, essa etapa já estava concluída, e já se tem definidos os indicadores que serão monitorados no âmbito do PforR. Com relação à lógica, a estrutura do programa para resultados que é o PforR, foi feita algumas adaptações de leitura, haja vista que o sistema não é para o PforR, o sistema é para o Estado, então nós fizemos uma adaptação de algumas leituras, onde se lê aqui, no âmbito do sistema do Estado resultado estratégico, para o PforR são as áreas e os componentes. Então nós adaptamos como a qualificação profissional, a qualidade da água, gestão pública para resultados leia-se os resultados que se quer alcançar, melhoria da água, melhoria da redução das desigualdades, trabalhar com as famílias. Nessa adaptação foi inserido cada eixo dentro de seu resultado estratégico e todos os indicadores foram cadastrados pela equipe da UGP e a Laura Gonçalves (IPECE) fez o acompanhamento desses indicadores do ano de 2014. Ressaltou que os responsáveis pelos indicadores, quando forem receber essa espécie de treinamento, vão observar que os seus indicadores já foram acompanhados com aquelas informações que se forneciam para a equipe da UGP via e-mail. Então nesse caso há todo o acompanhamento, e a periodicidade de acompanhamento é inerente ao próprio indicador, seguindo a sequência lógica do processo, uma vez eu defino os indicadores e cadastro eu acompanho esses indicadores. Os registros, que é aquilo que a gente fornece aqui na reunião do Comitê indicando como foi o desempenho dos indicadores, dando um relato se cumpriram ou não cumpriram a meta para aquele período que eu estou acompanhando. E aí acontece uma reunião. O nosso Secretário Adjunto Carlos Eduardo diz que é a cereja do bolo do sistema porque ele trabalha muito com essa questão do gerenciamento da comunicação que é o que a

equipe da UGP faz muito bem, que é passar e-mail, a gente retorna com as informações por e-mail eles fazem esse trabalho perfeito, só que aqui a gente vai trabalhar no ambiente do sistema. Citou como exemplo o indicador da SEPLAG que é o responsável “*Número de secretarias do Mutuário, utilizando o modelo para o alinhamento de incentivos com seus respectivos objetivos estratégicos*”. Esse indicador está vermelho porque foi sinalizado lá que ele não cumpriu a meta, haja vista essa e essa situação e aqui eu vou visualizar esse acompanhamento e na reunião de monitoramento que a equipe a UGP define se vai ser por grupo de projetos ou grupos de indicadores dentro daqueles resultados ou se vai ser do comitê geral. E uma vez definindo que situações, que encaminhamentos serão dados a partir dessa reunião, ele pode disparar o e-mail para as partes interessadas. No exemplo, o indicador está vermelho e foi definida uma providência que precisa haver uma reunião SEPLAG, PGE e UGP para providenciar e acelerar o processo dentro da PGE. O responsável por esta providência é o Avilton, tem o prazo tal e dos envolvidos nessa providência. É um processo de monitoramento normal, é algo que vocês já acompanham nas suas Secretarias, e se define o que deve ser feito para resolver o problema, quem vai fazer, até quando vai fazer e qual é o status. Então a providência é acompanhada por quem é responsável por ela.

Avilton Júnior – SEPLAG continuou explicando que o SIMA é bem dinâmico, encaminha e-mail, recebe. Então essa foi uma necessidade que se observou quando foi fazer uma verificação de como estava o monitoramento estratégico dentro do Governo do Estado do Ceará, quando como meta do SWApII se trabalhava com relatórios de desempenho setorial, na qual todo mundo dizia que era um relatório muito bom, que se saia com bastante indicativos de providências, porém não era na periodicidade, ou não era, digamos, na objetividade de aceleração da informação que se precisava. Às vezes a informação era muito boa, porém chegava de forma não tempestiva e aqui foi uma funcionalidade, um requisito que foi nos imposto pelo Secretário, para desenvolver um sistema para melhorar o processo de monitoramento estratégico pra dar essa celeridade na tomada de decisão que é o que acontece hoje. Ressaltou também que o sistema prevê a possibilidade de anexar documentos, fotos, relatórios ao indicador e está no processo de conclusão de desenvolvimento e está em processo de finalização dessa primeira etapa. O sistema é vivo, tem que estar em desenvolvimento para atender cada vez mais as necessidades e evoluir cada vez mais para acelerar os processos e melhorar a comunicação.

Avilton Júnior – SEPLAG finalizou sua apresentação informando que será marcado um dia para equipe e os responsáveis, fazer um treinamento e cada pessoa terá a sua senha e vai e ser ensinada a acompanhar e a partir daí, poder fazer o acompanhamento dos seus indicadores dentro do sistema.

Cristina Medeiros – IPECE perguntou se alguém tem alguma colocação, sugestão ou dúvida. Reforçou que a partir de agora, os responsáveis farão o acompanhamento no próprio sistema, e que é um avanço e isso já seria para a próxima reunião se fazer o acompanhamento do mês de janeiro, mas antes de começar, haverá esse treinamento para tirar dúvidas.

Eneida Maia – SEDUC pediu a palavra e falou que tem um pouco de história da GPR que é uma coisa que vem remontando e já é muito antiga. Informou que tem uma planilha que fazia dois anos que ela não era cobrada e houve uma reunião na Secretaria na qual foi proposto que fosse feito um protocolo de indicador e assim, por curiosidade gostaria de saber como ficou. Reforçou que depois daquele dia não se teve mais notícia, ninguém mais soube como ficou, o que está valendo e eu acho interessante para a Secretaria, para quem vai assumir ter uma

maior clareza, porque quem vem acompanhando, de certa forma, tem algumas informações preliminares, mas tem gente que pode entrar e não ter nenhuma informação.

Avilton Júnior – SEPLAG respondeu que a Eneida Maia (SEDUC) falou uma coisa bastante interessante e quando se começa a fazer o processo de discussão com as Secretarias dessa forma nova de acompanhar os indicadores se sabia de um grande risco, que inclusive foi até posto nas próprias reuniões que era o momento de se discutir isso, haja vista que estava num processo de transição, um processo de indefinições, mas a SEPLAG conjuntamente com as Secretarias tocou o barco, porém, a partir de outubro, que foi quando se finalizou a definição dos indicadores cadastrando os protocolos no sistema, recebeu-se um ‘espera aí’. Então se está nesse processo de retomada interna, inclusive com o novo Secretário, entende-se que antecipamos, só não tivemos o tempo, infelizmente, necessário para rodar o processo na integridade, que é conduzindo as reuniões, produzindo os relatórios, definindo providências. Ressaltou que todo o processo de definição e cadastro dos indicadores já foram feitos, assim, se vai retomar a discussão, até mesmo porque se sabe que esse governo vem com uma proposta de fazer um monitoramento intersetorial com a participação cidadã, então vai reforçar tudo aquilo que se vinha discutindo e vai se trabalhar com a gestão pública para resultados. Finalizou informando que nesse primeiro mês ainda está naquele processo de cortes, reuniões, todo o dia tem reunião de COGERF e então ainda não se teve o tempo necessário para amadurecer a retomada do processo.

V. APROVAÇÃO DA ATA DA 11ª REUNIÃO (19/12/2014)

Cristina Medeiros – IPECE comunicou que somente, uma pessoa enviou a revisão da ata do dia 19/12/2014.

Cristina Medeiros – IPECE perguntou então quem é que estava na última reunião no dia 19/12/2014 na sala de reuniões do Gabinete e pediu para levantar a mão. Em seguida pediu para quem estava com a mão levantada informasse se não aprovava ou se tinha alguma consideração para fazer sobre a ata. Como ninguém se manifestou, a ata foi aprovada.

VI. ENCAMINHAMENTOS

Cristina Medeiros – IPECE então passou para o encerramento da reunião perguntado se seria interessante na próxima reunião continuar discutindo sobre os temas do PforR pois ficou faltando Gestão Pública e Qualidade da Água ou se alguém tinha alguma sugestão?

Hoilton Rios – FUNCEME respondeu acha que não seria ainda o momento pois não está tudo definido.

Cristina Medeiros – IPECE perguntou se todos concordavam e ninguém discordou.

Cristina Medeiros – IPECE informou que a UGP está querendo se reunir com as setoriais que têm novos gestores e sua equipe, mas que está esperando o término das nomeações.

Cristina Medeiros – IPECE perguntou se alguém tinha comentário ou encaminhamento.

VII. ENCERRAMENTO

Cristina Medeiros – IPECE finalizou a reunião agradecendo a participação de todos e pedindo uma salva de palmas para todos.

VIII. ANEXOS

Anexo 1 - Gráfico - Sumário de Acompanhamento das Participações Mensais

Anexo 1

Gráfico da Participação por Setorial nas Reuniões do Comitê PforR de Fevereiro/2014 a Janeiro/2015

